

CSA - CÂMARA DE CIÊNCIAS APLICADAS (PÔSTER)

NOME: LUÍS FELIPE NUNES RODRIGUES

TÍTULO: 14 DE MAIO, O DIA SEGUINTE: UMA ANÁLISE DO PÓS-ABOLIÇÃO A PARTIR DO DIREITO PENAL ENTRE 1888 E 1930.

AUTORES: MOISÉS COELHO CASTRO, LUÍS FELIPE NUNES RODRIGUES, LUIS FELIPE NUNES RODRIGUES, MOISÉS COELHO CASTRO

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): NÃO POSSUI

PALAVRA CHAVE: NEGROS, DIREITO PENAL, REPÚBLICA VELHA, ABOLIÇÃO

RESUMO

Atualmente, os afrodescendentes representam mais de 50% da população brasileira. Mas, a maioria esmagadora se encontra na classe trabalhadora, nos ramos mais baixos e vulneráveis da população. A histórica exclusão política, social e econômica reflete diretamente nas desigualdades que esses grupos sofrem.

Tomando como objeto de análise o período que se estende desde a promulgação da Lei Áurea (1888) até o Golpe de 1930, encontra-se uma população negra sendo fortemente marginalizada, tanto pelo Estado quanto por diversos setores da sociedade civil.

Entre os diversos racismos e formas exclusão, é possível, a partir da análise do Código Penal vigente à época, entender como o ordenamento jurídico dialogava com essas populações, seja na repressão cultural, seja na própria maneira de se organizarem.

A partir do estudo da organização autoritária, hierárquica e excludente da sociedade brasileira e sua historicidade envolvendo as populações negras, que foram escravizadas e, posteriormente, injustiçadas, essa pesquisa visa compreender as desigualdades étnico-raciais no Brasil e suas relações com o ordenamento jurídico brasileiro, com enfoque na legislação penal produzida e aplicada entre 1888 a 1930. Até o momento, nossa pesquisa tem mostrado uma forte repressão a manifestação cultural de origem negra.

A partir da pesquisa bibliográfica e da análise de documentos históricos, objetiva-se compreender o processo de exclusão social, política, econômica e cultural dos negros e a atuação do direito, considerando, basicamente, o estudo do contexto histórico a partir do cenário político, econômico e social da população negra e a análise crítica da lei penal vigente, bem como sua aplicação concreta em documentos judiciais.